



# UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

GARCIA, Márcia Monalisa de Morais Sousa  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
marciamonalisa@yahoo.com.br

CORDEIRO, Camila de Souza  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
camilasoucordeiro@gmail.com

**Eixo temático 5:** Políticas educacionais, avaliação, currículo, planejamento e financiamento da educação

## RESUMO

Este trabalho propõe uma avaliação em profundidade do Programa Ciência Sem Fronteiras na Universidade Federal do Ceará, o qual consiste em uma política pública educacional, formulada no Governo Dilma Rousseff. Busca-se a partir da análise de conteúdo, de contexto, da trajetória institucional e dos espectros espacial e temporal, realizar uma avaliação melhor fundamentada, o que proporcionará maior compreensão dos conceitos, do momento histórico e das contribuições acadêmico-científicas que o Programa trouxe para os beneficiários.

**Palavras-chave:** Estado. Avaliação de políticas públicas. Ciência Sem Fronteiras. Universidades.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a implementação do Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF) na Universidade Federal do Ceará, o qual consiste em uma política pública nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, elaborada pelo Governo Dilma Rouseff (2011-2016) e instituído pelo decreto n. 7642, de 13 de dezembro de 2011, tendo como objetivo principal propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias, visando suprir as demandas de crescimento e desenvolvimento do País.

No tocante à avaliação dessa política pública pelo Governo Federal, foram encontradas uma avaliação preliminar realizada pela Capes e pelo Conselho Nacional de Educação em julho de 2015, apresentada na 67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)



e uma avaliação realizada no mesmo ano pelo Senado Federal. Ambas avaliações, de viés tradicional, concentraram-se na apresentação de dados quantitativos, como número de bolsas implementadas, instituições participantes, nível de satisfação em relação ao programa etc, e tiveram como objetivo principal a identificação de falhas e recomendações de melhorias para as futuras edições do Programa (BRASIL, 2015).

Diante disso, legitima-se a necessidade de estudos mais profundos que busquem compreender o alcance do Programa, uma vez que os modelos tradicionais de avaliação são insuficientes, pois, segundo Rodrigues (2008), baseiam-se em uma concepção instrumental de avaliação, cuja função é medir, sendo mais voltadas para análise de seus resultados. Por isso, este trabalho se propõe a avaliar o Programa CsF sob um enfoque inovador de avaliação, a avaliação em profundidade proposta por Gussi (2015) e Rodrigues (2008), que compreendem a avaliação como

um processo multidimensional e interdisciplinar na medida em que se pretende contemplar várias dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas, territoriais) envolvidas nas políticas públicas e realizar interfaces analíticas e metodológicas advindas de distintos campos disciplinares, sobretudo o das ciências sociais aplicadas. (GUSSI, 2015, p. 14).

A relevância da adoção dessa perspectiva avaliativa consiste no fato de que as políticas públicas são melhor compreendidas se considerarmos toda a configuração de Estado em que ela está inserida, bem como as especificidades de cada local em que a política foi implementada, considerando suas relações com os diversos atores envolvidos nas políticas, os quais dão a elas sentidos e significados de acordo com seus contextos culturais, possibilitando assim uma avaliação extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional (GUSSI, 2015; RODRIGUES, 2008).

Sob essa perspectiva de avaliação, encontra-se o aporte necessário para investigar a principal inquietação sobre o objeto desta pesquisa: que contribuições acadêmico-científicas o Programa Ciência Sem Fronteiras trouxe a seus beneficiários? A partir dessa questão, este trabalho tem como objetivo geral avaliar o Programa CsF, implementado no período de 2012 a 2016 na UFC, no contexto da internacionalização do Ensino Superior à luz da perspectiva contra-hegemônica da avaliação em profundidade.

Para tal, propõe-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois esta permite maior apreensão dos significados e da experiência dessa política na comunidade acadêmica, primordial para uma avaliação em profundidade. Além de pesquisa bibliográfica, visando construir uma base teórica do contexto político, econômico e social, e das concepções ideológicas que nortearam sua formulação; e pesquisa documental com base na legislação do Programa. Para coleta dos dados, propõe-se entrevistas semi-estruturadas



com os beneficiários do CsF na UFC, para que, através de um roteiro de questões abertas, eles possam discorrer livremente sobre o Programa CsF.

## 2 UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA

A avaliação de políticas públicas é um campo de estudo ainda em desenvolvimento. Sua expansão data de 1960 nos Estados Unidos e iniciou atrelada à avaliação dos programas de combate à pobreza, financiados pelo governo, cujo modelo buscava dimensionar o grau de sucesso ou fracasso das instituições nessa área social (SILVA, 2008).

Seguindo o modelo norte-americano, no Brasil, o campo da avaliação em políticas públicas é uma experiência recente, intensificando-se no final da década de 1980 e início de 1990 no contexto da Reforma do Estado e, segundo Rodrigues (2008), surgiu para atender a uma agenda neoliberal, de dependência do estado frente ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que passaram a exigir sistemas de monitoramento de avaliação mais criteriosos acerca dos projetos por eles financiados.

No início dos anos 2000, com o aumento de projetos e programas sociais e de desenvolvimento promovidos pelo Governo Lula (2003 – 2011), a produção e pesquisas em torno das políticas públicas e de sua avaliação aumentaram consideravelmente. No entanto, em razão de ser um campo de estudo ainda em formação, a avaliação dessas políticas era e é predominantemente pautada por perspectivas generalizantes aplicáveis a qualquer país ou situação; paradigmas positivistas de análise e predomínio de referenciais economicistas, instrumentais e/ou utilitaristas (RODRIGUES, 2011).

Esse modelo de avaliação gerencialista, hegemônico no campo de políticas públicas, baseia-se em critérios pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividades dos programas, a partir de indicadores estatísticos que revelam a relação custo-benefício em relação ao investimento realizado. Para Gussi (2015), essa proposição positivista “desconsidera os sujeitos sociais, envolvidos nas políticas, bem como os contextos sociopolíticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas se realizam e as contradições neles inerentes.”

Considerando essa problemática, passou-se a construir outras formas de avaliar as políticas públicas que se afastassem do paradigma técnico-gerencial através de uma perspectiva epistemológica e metodológica ampla, como mencionado por Rodrigues (2011, p. 44):

São novas abordagens que dão ênfase à análise de contexto – social, econômico, político, cultural, como já nos referimos no início deste artigo aos seguidores da



perspectiva proposta por Denzin nos anos 1970, o que, nos anos mais recentes, resultou em abordagens que articulam diferentes paradigmas e metodologias de avaliação. Há ainda pesquisadores que dão especial enfoque à análise organizacional – estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores que permeiam as instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas.

A partir disso, este trabalho propõe uma avaliação contra-hegemônica, a avaliação em profundidade, elaborada por Gussi (2008) e Rodrigues (2008), fundada no paradigma hermenêutico de avaliação, proposto por Lejano (2011), como foco na interpretação para a qual importa compreender os processos de elaboração e implementação da política ou programa em questão, considerando quatro eixos analíticos, discriminados por Rodrigues (2008) como:

- a) análise de conteúdo, que analisa o programa a partir de sua formulação: objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação; bases conceituais: paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas; coerência interna: não contradição entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação;
- b) análise de contexto, que se refere ao levantamento de dados sobre o momento político e às condições socioeconômicas em que foi formulada a política em estudo; à apreensão do modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação; ao levantamento de outras políticas e programas correlacionados à política em foco;
- c) trajetória institucional, que consiste em perceber o grau de coerência/dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais, pois um programa gestado na esfera federal, para ser avaliado, necessita a reconstituição de sua trajetória, percebendo o pesquisador as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e à sua dinâmica conforme vai adentrando espaços diferenciados e, ao mesmo tempo, descendo nas hierarquias institucionais até chegar à base, que corresponde ao contato direto entre agentes institucionais e sujeitos receptores da política;
- d) espectro temporal e territorial, que busca apreender a configuração temporal e territorial do percurso da política estudada de forma a confrontar as propostas/objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade.



Um programa com os objetivos e com a dimensão do CsF tem repercussões econômicas e sociais a médio e longo prazo. Em 2019, completam-se três anos de seu último edital e a despeito da relevância do tema, encontram-se poucos estudos avaliativos sobre o programa no Brasil e nenhum estudo realizado na UFC. Diante disso, legitima-se a necessidade de estudos mais profundos que busquem compreender o alcance do Programa, uma vez que os modelos clássicos de avaliação são insuficientes, pois, segundo Rodrigues (2008), baseiam-se em uma concepção instrumental de avaliação, cuja função é medir, sendo mais voltadas para análise de seus resultados.

### 3 CONCLUSÃO

Este trabalho, ainda em andamento, propôs a avaliação do Programa Ciência Sem Fronteiras e seu processo de implementação na Universidade Federal do Ceará sob a perspectiva da avaliação em profundidade, pois nessa perspectiva avaliativa encontra-se melhor fundamento para entender as bases conceituais do Programa CsF, fornecendo maior clareza quanto às concepções ideológicas que o nortearam; propicia situar o CsF em um contexto, permitindo apreender o modelo político, econômico e social que sustentaram a política à época de sua formulação, compreender as inconsistências de sua formulação e dificuldades em sua implementação; traçar a trajetória do Programa na UFC, proporcionando maior compreensão das relações de poder e rede de interesses e confrontando os objetivos gerais da política com as especificidades da UFC e sua historicidade.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório de Avaliação de Políticas Públicas com Enfoque no Programa Ciência Sem Fronteiras**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/ANEXO\_K-Comissao-Permanente-CCT-20151215EXT052\_parte5741\_PAUTA\_1449667948111%20(1).pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

GUSSI, Alcides Fernando. A Dimensão Cultural na Avaliação de Políticas Públicas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideo. **Anais...** Montevideo: ALACIP, 2017. Disponível em: <<http://www.congresolacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSUZ-PljtzOjQ6IjIzMDgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNGJmYjQ4YzQ2MDU2YThmOTExMTE1ZWQ0O-GE0MTZmYTciO30%3D>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo Paradigmas Contra-Hegemônicos de Avaliação de Políticas Públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA NO CAMPO DE PÚBLICAS, 1., 2015, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[http://www.anepcp.org.br/redactor\\_data/20161128173253\\_sl\\_alcides\\_fernando\\_gussi.pdf](http://www.anepcp.org.br/redactor_data/20161128173253_sl_alcides_fernando_gussi.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2018.



LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Campinas: Arte Escrita, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análise de conteúdo e trajetória institucional na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa: UFPB, n. 16, 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso 22 jun. 2018.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: PRADO, Edna Cristina; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**: entre educação e gestão escolar. Maceió: EDFAL, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval**, Fortaleza: UFC, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luiz: GAEPP, 2008.